

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO SINAES: A PRODUÇÃO NO BANCO DE TESES DA CAPES (2004-2010)

Maria Angélica Rodrigues Martins

Universidade Católica de Santos
maria.angelica.rm@gmail.com

Amélia Cristina Elias da Ponte

Universidade Católica de Santos
ameliaponte@uol.com.br

Resumo

O trabalho expõe resultados parciais de pesquisa tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” que mapeia a produção acadêmica sobre avaliação institucional na educação superior em três fontes. Uma delas, os resumos publicados no Banco de Teses da Capes. O período coberto inicia-se em 2004, ano da instituição do Sistema Nacional de Avaliação Superior (Sinaes), e termina em 2010. O estudo objetiva indicar se e como essa política repercute no produzido sobre avaliação institucional. O texto sintetiza o projeto de pesquisa, traz os critérios adotados no levantamento junto ao Banco, os cuidados para contornar suas limitações, a produção nacional e, em detalhe, a da região sudeste.

Palavras-chave: Política Educacional; Avaliação Institucional; Estado da Arte

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta dados de pesquisa mais ampla que intenciona contribuir para uma síntese da produção acadêmica brasileira sobre avaliação institucional na educação superior, de 2004 a 2010, com foco na repercussão do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), instituído em 2004. Pretende apontar os rumos tomados pela pesquisa sobre o tema, se e como ela é afetada por essa política avaliativa. Para tanto, encontram-se em andamento levantamentos articulados da produção em três fontes: Banco de Teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Anped (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação) e plataforma Scielo (*Scientific Electronic Library Online*).

O projeto como um todo objetiva realizar um inventário do tipo ‘estado da arte’. Os ‘estados da arte’ ou ‘estados do conhecimento’ descrevem a produção acadêmica e constituem-se em um conjunto de pesquisas caracterizadas por mapear e discutir uma determinada produção acadêmica em diferentes campos de conhecimento; identificar aspectos e dimensões que se destacam em diferentes épocas e lugares; identificar as condições em que

têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários (FERREIRA, 2002). Martins (2011) assinala que essa modalidade de pesquisa vem se expandindo no Brasil nos últimos quinze anos.

O estudo encontra justificativas na conveniência de realização de sínteses periódicas a respeito do conhecimento produzido na academia, na oportunidade de identificar onde se situam os pólos de produção e seus pesquisadores e de aquilatar a resposta da academia a política avaliativa no que tange à avaliação institucional.

O texto encontra-se dividido em quatro partes. A primeira faz uma apresentação do tema avaliação institucional na educação superior no Brasil. A segunda descreve os procedimentos metodológicos adotados no levantamento junto ao Banco de Teses da Capes. A terceira comenta a produção nacional e da região sudeste, em especial. A quarta parte analisa os resumos das pesquisas de mestrado e doutorado da região.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A avaliação institucional, por envolver estrutura, funções, processos e segmentos de uma organização escolar, destina-se a promover um “balanço institucional” (LAPASSADE, 1971, apud DIAS SOBRINHO, 1996, p. 17) orientado por seus fins, objetivos, metas e inserção sócio-política e cultural, tanto local como em círculos mais amplos. A organização escolar é entendida como uma unidade social e como ação pedagógica organizada (LIMA, 2011, p. 9), podendo ser uma escola, um instituto, uma faculdade ou uma universidade.

Dias Sobrinho (1996) qualifica a avaliação como institucional em triplo sentido: do sujeito, do objeto e do modo como opera. É norteadada por uma idéia de qualidade e, por ser processual, contribui para formar os envolvidos, o que implica em permanência. Simons (1993), ao tratar da avaliação e reforma das escolas, considera a autoavaliação institucional como movimento indispensável para que elas funcionem como unidades básicas de mudança e para que os seus professores sejam seus principais agentes. Por outro lado, Castro (1995) relaciona e defende a avaliação institucional associada ao credenciamento de cursos e instituições de educação superior (IES).

As finalidades e os usos da avaliação institucional variam de acordo com as concepções de avaliação e sua apropriação por seus usuários – avaliadores, *policy makers*, professores, gestores. Devido a seu caráter multifacetado, comporta abordagens diversificadas dos objetos compreendidos por ela: estruturas, processos, entre outros. Não se avalia a

infraestrutura de uma instituição com os mesmos procedimentos com que se avalia sua produção científica ou seus professores.

Dias Sobrinho (1998) lembra que o interesse pela avaliação institucional não se reduz a seu potencial de aperfeiçoamento ou de transformações de natureza pedagógica e administrativa. Está relacionado às exigências de regulação e controle por parte do Estado. A avaliação institucional integra agenda internacional e ocupa lugar de destaque nas políticas oficiais, tanto institucionais, quanto governamentais e de organismos internacionais financiadores da educação superior.

No Brasil, discute-se avaliação institucional na educação superior desde a década de 1980. Na década de 1990, um movimento de gestores de universidades federais, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC), deu origem ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), com implantação a partir de 1994. Esse Programa sofreu progressiva desaceleração após 1996, sendo mantido como abordagem/proposta de avaliação em algumas instituições de educação superior por adesão e iniciativa próprias.

Alberto e Balzan (2008) consideram possível detectar dois grandes grupos de IES no Brasil: as que vêm desenvolvendo processos próprios de autoavaliação, independentemente das políticas governamentais, como o Sinaes, e as que se limitam a cumprir as determinações nelas vigentes. A observação dos autores encontra eco em IES que mantiveram e mantêm setores dedicados à autoavaliação institucional com propostas próprias, muitas fundamentadas nos princípios do PAIUB e que incorporam as orientações do Sinaes, como integrantes do sistema nacional de educação superior.

Em 2004, após ampla consulta e debate com setores e segmentos afetos à educação superior, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio da Lei 10. 861, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A avaliação institucional passa a ser uma das três modalidades de avaliação que constituem o tripé desse Sistema, ao lado da avaliação dos cursos de graduação e da avaliação de desempenho dos estudantes.

Uma idéia norteadora da construção de um sistema nacional de avaliação da educação superior consiste em articular regulação e avaliação educativa. Nele, a avaliação institucional, assim como as avaliações de cursos e de estudantes não constituem fins em si mesmas, mas integram um conjunto de políticas de educação superior voltadas à expansão do sistema pela democratização do acesso, de modo que a qualificação do mesmo dê-se como parte de um processo mais amplo de revalorização da educação superior (BRASIL, 2009).

No Sinaes, a avaliação das IES compreende duas etapas integradas: a autoavaliação institucional, coordenada por comissão interna (Comissão Própria de Avaliação – CPA), associada à avaliação institucional externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (BRASIL, 2009).

De acordo com a Lei do Sinaes, a avaliação institucional, interna e externa, contempla a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior (IES) e de seus cursos. A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando dez dimensões institucionais.

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional; II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; IV – a comunicação com a sociedade; V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; IX – políticas de atendimento aos estudantes; X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (art. 3º, Lei 10861/2004) (BRASIL, 2011).

Em seus fundamentos, o Sinaes equilibra avaliação e regulação em perspectiva que enseja cultura de avaliação fortalecedora da autonomia e identidade institucionais, ou seja, adequadas a práticas avaliativas de caráter emancipatório ou práticas avaliativas participativas e reflexivas. É na implantação do Sistema que, paulatinamente, emergem medidas passíveis de, se não descaracterizar, imprimir um outro sentido a seus fundamentos e orientações iniciais.

Como a academia tem refletido, recebido o Sinaes? Qual sua repercussão na pesquisa sobre avaliação institucional? O quadro descrito vem sendo estudado pela comunidade acadêmica? De que modo? A revalorização da avaliação institucional na Lei que instituiu o Sinaes, a obrigatoriedade de criação de uma comissão interna de avaliação, a formação de professores universitários como avaliadores externos, as mudanças de ênfase em sua implantação repercutem na produção acadêmica? De que modo?

Para responder ao questionado, propõe-se a realização de pesquisa de cunho documental, intitulada estado da arte ou estado do conhecimento. Estudos dessa natureza adotam metodologia inventariante e descrevem a produção acadêmica e científica sobre o tema focalizado, destacando categorias e facetas próprias de cada trabalho e em seu conjunto (FERREIRA, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste texto, a investigação focaliza a primeira das três fontes de dados que o projeto original prevê - o Banco de Teses da Capes – e concentra-se nas teses e dissertações produzidas na região sudeste sobre avaliação institucional na educação superior. A pesquisa reúne resumos de teses e dissertações, ciente das limitações do Banco (VIEIRA e MACIEL, 2007) e procura contorná-las.

O levantamento no Banco teve início com as expressões *avaliação institucional educação superior* e *avaliação institucional ensino superior*, digitadas na linha correspondente a Assunto e ordenado que o levantamento considerasse todas as palavras. Foi necessária a qualificação ensino superior, uma vez que há trabalhos classificados exclusivamente sob esse termo e/ou concomitantemente classificados como educação superior. O levantamento trouxe os resultados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Banco de teses da CAPES. Número de teses e dissertações agrupadas por assunto - 2004 a 2010

Ano	Avaliação Institucional Educação Superior (Assunto)			Avaliação Institucional Ensino Superior (Assunto)		
	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado	Total
2004	10	05	15	16	10	26
2005	12	01	13	16	01	17
2006	28	01	29	23	02	25
2007	19	12	31	20	09	29
2008	21	13	34	23	11	34
2009	23	08	31	20	07	27
2010	21	12	33	24	10	34
Totais	134	52	186	142	50	192

Organizada pelas autoras

Fonte: Banco de teses da CAPES

O levantamento mostrou 186 trabalhos reunidos sob o assunto *Avaliação Institucional Educação Superior* e 192 agrupados sob o assunto *Avaliação Institucional Ensino Superior*. Constatada a existência de trabalhos repetidos, agrupados sob os dois assuntos, foram identificados os portadores de mesmo título e autor que passaram a ser considerados apenas uma vez. Simultaneamente, a partir do título e, algumas vezes, com recurso aos resumos,

foram excluídos os textos que tratavam de outros temas em outras áreas como Odontologia e relatavam pesquisa em avaliação odontológica, por exemplo. Foram também deixados de lado estudos que tratavam de educação ou ensino superior, mas não tratavam de avaliação institucional, em qualquer uma de suas dimensões e processos. Dessa seleção resultou o número de trabalhos relacionados na Tabela 2 que traz a produção nacional e da região sudeste, em nível de mestrado e doutorado.

Tabela2. Banco de teses da CAPES: Teses e Dissertações. Brasil e Região Sudeste

Ano	Brasil			Região Sudeste		
	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado	Doutorado	Total
2004	10	06	16	08	04	12
2005	08	01	9	03	01	04
2006	24	01	25	08	01	09
2007	19	07	26	04	03	07
2008	20	11	31	01	05	06
2009	17	07	24	04	02	06
2010	17	07	24	03	02	05
Totais	115	40	155	31	18	49

Organizada pelas autoras

Fonte: Banco de teses da CAPES

A PRODUÇÃO NACIONAL E A DA REGIÃO SUDESTE

No Brasil, os anos que se seguem à implantação do Sinaes mostram crescimento do interesse no tema. A produção quase dobra. Quatro anos após a criação do Sinaes, em 2008, o número de trabalhos é o maior em relação a 2004 – 31 pesquisas -, indicando a repercussão dessa política na produção acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

A produção da região sudeste representa 32,25% da produção nacional e mostra-se mais volumosa em 2004 e 2006. Nos dados, chama a atenção o número de trabalhos na região em 2004, 12 pesquisas: seis mestrados na PUC de Campinas, um na UNICAMP, um na UFMG; dois doutorados na PUC de São Paulo, um na UNICAMP e outro na Fundação Getúlio Vargas. O Quadro 1 mostra como a produção acadêmica sobre avaliação institucional está distribuída entre instituições e programas na região.

Quadro 1. Avaliação institucional. Produção acadêmica por IES e Programa na Região Sudeste - 2004 a 2010.

No.	IES	Programas	Produção Acadêmica	
			M*	D*
1	CEFET Celso Suckow da Fonseca (RJ)	Tecnologia	02	-
2	CEFET/ Minas Gerais (MG)	Educação	-	01
3	Centro Universitário Moura Lacerda	Educação	01	
4	PUC de São Paulo	Educação (Psicologia da Ed.)	02	02
		Educação (Currículo)	01	04
5	PUC de Campinas	Educação	12	-

6	Universidade Católica de Petrópolis (RJ)	Educação	01	-
7	UF de Minas Gerais (MG)	Administração	01	-
		Ciência da Computação	01	-
8	UF de São Carlos	Educação	-	01
9	UF de Uberlândia (MG)	Educação	01	01
10	UF Fluminense (RJ)	Educação	-	01
11	UNESP de Araraquara	Educação Escolar	-	02
12	UNESP de Marília	Educação	-	01
13	UNICAMP	Educação	01	03
14	Universidade Braz Cubas	Semiótica, Tec. de Informação e Educação	01	-
15	Universidade de Sorocaba	Educação	03	-
16	Universidade Metodista de São Paulo	Educação	01	-
17	Universidade São Marcos	Educação, Adm. e Comunicação	01	-
18	USP de Ribeirão Preto	Psicologia	-	01
19	Fundação Getúlio Vargas/SP	Adm. Empresas	-	01
20	Universidade Municipal de S. Caetano do Sul	Comunicação	01	-
21	Instituto Capixaba (ES)	Adm. Empresas	01	-
Total			31	18

Legenda: * M= Mestrado; D=Doutorado
Organizado pelas autoras.

Os estudos foram localizados em 21 instituições e 23 programas. Das instituições, 14 são paulistas. Os 16 Programas da área de Educação e os dessa área associada a outras, como Semiótica, Tecnologia da Informação, Arte, História da Cultura reúnem 41 das 49 investigações consideradas. Quatro programas de Administração, dois de Engenharia de Produção, um de Tecnologia, um de Ciência da Informação e um da Ciência da Computação realizaram oito estudos fora da área da educação.

Duas instituições do estado de São Paulo, a PUC de Campinas e a de São Paulo, em seus programas de Educação, lideram a produção, respectivamente, com 12 e nove pesquisas, seguidas da UNICAMP com quatro e a Universidade de Sorocaba com três. A maior parte dessas pesquisas concentra-se entre 2004 e 2007.

A PRODUÇÃO NA REGIÃO SUDESTE: O QUE DIZEM OS RESUMOS

As limitações do Banco de Teses e dos resumos como fontes de pesquisa de natureza inventariante como esta não invalidam o esforço de sistematização e análise da produção por fornecerem pistas a respeito da relação política educacional e produção acadêmica. Os resultados, ainda que inconclusivos, indicam o volume produzido, os pólos mais ativos e, nesta seção, o que se pôde depreender dos resumos analisados.

A análise dos resumos pautou-se pelo objetivo de investigar a repercussão do Sinaes na pesquisa sobre avaliação institucional. O *corpus* é constituído pelos resumos dos 49 trabalhos produzidos na região sudeste. A partir de uma leitura flutuante dos mesmos, foram definidas categorias ou rubricas (BARDIN, 2011) compostas por indicadores a elas relacionados.

Como se trata de associar a pesquisa em avaliação institucional ao Sinaes, a primeira categoria reúne indicadores relacionados ao entendimento de avaliação institucional veiculado em textos oficiais sobre o Sinaes (BRASIL, 2009). Neles, as dez dimensões da avaliação institucional, relacionadas na Lei que o instituiu, também auxiliaram a análise dos resumos, sem a preocupação de incluir em uma ou outra dimensão os objetos eleitos pelos pesquisadores. O Quadro 2 sintetiza o encontrado nesta rubrica.

Quadro 2 – Banco de Teses Capes. Análise dos Resumos. Faces da avaliação institucional. Região Sudeste – 2004-2010

Aspectos/faces da avaliação institucional (Sinaes)		M	D
Indicadores		31	18
1	Avaliação Institucional (AI) – objetos de análise: avaliação institucional interna e/ou externa, estruturas, atividades, finalidades de uma IES; ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação (Inclui as dez dimensões do Sinaes para AI)	29	13
2	AI- sujeitos da avaliação (estudantes, docentes, CPA, funcionários, gestores)	20	09
3	Avaliação institucional (AI) – integra um conjunto de políticas públicas no campo da educação superior	13	10

Todos os resumos selecionados encontram-se agrupados no Banco de Teses sob a expressão *avaliação institucional*. No entanto, quando analisados e mesmo quando se recorre aos descritores ou palavras-chave das teses e dissertações, observa-se que, sob essa expressão, encontram-se abrigados aqueles que abordam a avaliação institucional na educação superior, como os que examinam facetas dela como a autoavaliação, o sentido e /ou os usos dessa modalidade de avaliação para a gestão, para o financiamento, para o planejamento., para professores. Há pesquisas voltadas a cursos, professores, metaavaliação, tendências, entre outras. O caráter plurifacetado e multidimensional da avaliação institucional é plenamente ratificado pelos objetos descritos nos resumos analisados.

Dentre os indicadores reunidos na categoria Aspectos da avaliação institucional, os objetos de pesquisa, isto é, o quê está sendo investigado (GOLDENBERG, 2007), tratam prioritariamente da autoavaliação de IES, tanto da instituição como um todo quanto parcelas de sua estrutura, processos e/ou segmentos que a compõem. O maior número de trabalhos que tomam a avaliação institucional como objeto encontra-se em cursos de doutorado (12). No

mestrado, predomina a avaliação referida a cursos (11), seguida por quatro estudos voltados às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs). Nesse nível, encontram-se: um estudo voltado à avaliação na pós-graduação; outro à extensão e dois à avaliação de docentes. Em 2004, há uma dissertação que analisa a proposta do Sinaes. Duas pesquisas tipo ‘estado da arte’ foram localizadas: um doutorado sobre avaliação institucional nos periódicos nacionais de 1990 a 2002, defendido em 2004, e um sobre evasão escolar. O primeiro resumo que menciona explicitamente a autoavaliação institucional no Sinaes data de 2006.

A participação dos segmentos envolvidos na avaliação institucional é característica valorizada, independente de seu caráter regulatório ou emancipatório e pode ser esse um dos motivos das pesquisas consultarem ou visarem os segmentos que compõem a comunidade universitária. A maior parte trabalha com um deles. Outras consultam mais de um segmento. Os professores são mencionados em 14 estudos e gestores em oito, membros e gestores da CPA em quatro. Estudantes (2), funcionários (dois) e ex-alunos (dois) pouco aparecem.

A segunda categoria diz respeito às etapas do processo avaliativo na IES: avaliação interna ou autoavaliação e avaliação externa. A avaliação interna, de iniciativa da própria IES, predomina nas pesquisas sendo tratada em 25 dissertações e 15 teses, independente dessas referirem-se à instituição como um todo ou a parcela. Mencionam avaliação externa sete trabalhos de mestrado e sete de doutorado, às vezes, tratada ao mesmo tempo em que autoavaliação.

A terceira categoria reúne menções sobre a abordagem adotada, isto é, se a referência para o estudo é a avaliação tal qual posta pelo Sinaes ou se foi adotado outro referencial, explicitamente. Foi possível identificar 13 dissertações e quatro teses cuja referência explícita é o Sinaes. Com outros referenciais declarados sobre avaliação institucional constam nove dissertações e seis teses. Entre eles, o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras), a proposta do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), estudo sobre imagem institucional, análise institucional, uma abordagem psicossociológica da autoavaliação e um estudo sobre tendências em avaliação institucional.

A natureza da pesquisa, se teórica ou empírica, constituiu a terceira categoria. Pela leitura dos resumos, foram agrupados como teóricos ou de fundamentos aqueles estudos que analisam a avaliação institucional apoiados, explicitamente, no campo da avaliação, das políticas, da gestão, da filosofia, da psicologia ou outro, sem citar qualquer procedimento que requeira ida a campo como observações, entrevistas, aplicação de questionários. Foram classificados como de natureza empírica os que recorreram a eles.

No caso, os estudos de natureza empírica predominam. São 26 pesquisas realizadas em uma única IES ou curso (16 de mestrado e 10 doutorado) e 13 realizadas em mais de uma IES ou curso (oito de mestrado e cinco de doutorado). Sobre fundamentos da avaliação institucional, quer no campo da avaliação, das políticas, da gestão ou outros foram encontradas duas pesquisas no mestrado e sete de doutorado.

Analisando-se as palavras-chave que acompanham os resumos, verifica-se que avaliação institucional aparece em 27 dos 49 resumos analisados, 15 em mestrado e 12 em doutorado. Avaliação de curso e Sinaes aparecem uma única vez e Enade, duas vezes. Quanto à forma, procurou-se observar se os resumos apresentavam os objetivos da pesquisa, seus fundamentos, os procedimentos metodológicos e seus resultados ou conclusões. O maior número de resumos completos foi encontrado entre as teses: 15 dos 18 analisados. Entre as dissertações foram identificados 15 resumos completos entre os 31 examinados. A qualidade dos resumos parece refletir o nível acadêmico do curso: mestrado ou doutorado.

CONSIDERAÇÕES

As dificuldades para a realização de levantamentos no Banco de Teses da Capes repetiram-se nesta investigação, a começar pelos títulos dos trabalhos duplicados sob rubricas diferentes. Outra dificuldade refere-se aos resumos. Nem todos trazem os elementos recomendados para compô-los.

O levantamento indica ampliação do número de pesquisas no país, após a valorização da avaliação institucional pelo Sinaes. No entanto, revela estagnação na região sudeste. O que pode ter ocorrido? É interessante notar que o tema é objeto de estudo em educação e em outras áreas como administração, engenharia de produção, ciência da informação e da computação. Os programas da área de educação revelam maior produção que os demais.

O material analisado sinaliza uma resposta positiva à repercussão do Sinaes na pesquisa sobre avaliação institucional nos programas de pós-graduação brasileiros. O número de estudos aumentou. Em 2008, quase duplica em relação a 2004. A região sudeste, a primeira analisada, concentra quase um terço da produção nacional. O estado de São Paulo lidera.

No sudeste, a autoavaliação vem sendo mais estudada que a avaliação institucional externa. Vale registrar a tendência declarada por avaliações em perspectiva emancipatória ou próxima a ela, com foco em cursos, professores, instituição ou outro. É interessante notar que os trabalhos de doutorado voltam-se à análise da IES como um todo. A partir de 2009, foram encontrados dois estudos que mencionam o desvirtuamento do Sinaes quanto à proposta inicial e o reflexo dessas medidas na avaliação institucional. Há estudos voltados às CPAs,

mas não foram encontrados estudos a respeito dos avaliadores externos, sua formação e sua atuação. São raras as pesquisas que questionam os fundamentos e as finalidades da avaliação institucional no campo da avaliação, da política, da gestão ou outro.

A investigação continua...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, Jorge Luís Moreira, BALZAN, Newton César. Avaliação de projeto político-pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo : Edições 70, 2011

BRASIL. Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm > . Acesso em 10 out de 2011.

_____. *SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2009.

_____. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Superior. *Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB)*. Brasília, 1994

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marco teórico e campo político. *Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, no. 1, p. 15-24, julho, 1996.

_____. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e internas. *Avaliação-Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, ano 3, no. 4(40), dezembro de 1998.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação e Sociedade*, 2002, vol. 23, n. 79, p.257-272.

GOLDENBERG. Mirian. *A arte de pesquisar*. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez 2008.

MARTINS, A. M. (coord.). *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete S. Bomura. Fonte investigadora em Educação: registros no Banco de Teses da Capes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, 202p. maio/ago. 2007.